

CAPILARES DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: MOVIMENTOS URBANOS NA AMÉRICA LATINA¹

STEPHAN LANZ

Faculdade de Ciências Culturais
Europa-Universität Viadrina em Frankfurt (Oder)
lanz@euv-frankfurt-o.dr

RESUMO

O artigo discute inicialmente, de forma crítica, o conceito de “movimento social urbano” cunhado por Manuel Castells, e investiga, utilizando exemplos de diferentes metrópoles sul-americanas, a questão de saber nos marcos de quais “constelações societais e políticas” os movimentos urbanos que objetivavam mudanças fundamentais nas cidades durante a segunda metade do século XX puderam se desenvolver. Serão diferenciadas três fases: as revoltas urbanas radicais que se seguiram aos movimentos estudantis do final dos anos 60, a atuação dos movimentos urbanos no processo de democratização durante a fase final dos regimes autoritários e a fase marcada pelos atores coletivos que, no final dos anos 90, reagiram às consequências sociais do neoliberalismo.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos urbanos. Mudança sócio-espacial. América Latina.

CAPILLARIES OF URBAN TRANSFORMATION: URBAN MOVEMENTS IN LATIN AMERICA

ABSTRACT

This article initially develops a critical discussion of Manuel Castells' concept of *urban social movements*. In the following section, the political, social and

¹ Tradução: Rafael Gonçalves de Almeida e Eduardo Tomazine Teixeira; revisão da tradução: Marcelo Lopes de Souza. Nota dos tradutores: optamos, em vários casos, por manter também os termos ou expressões utilizados pelo autor no original, entre colchetes, logo após a tradução dos mesmos, em benefício da precisão e da melhor informação possível ao leitor; assim procedemos sempre que se tratou de algum termo ou expressão sem equivalente exato em português. Os termos ou expressões estrangeiros que aparecem entre parênteses foram assim mantidos pelo próprio autor.

spatial conditions of urban movements in Latin-American metropolises during the twentieth century are analyzed. Three phases and types of movements are distinguished here: radical urban revolts in the context of the student movements in the late 1960s; urban movements resurrecting during the decline of authoritarian regimes in the 1970s; and reactions to the social consequences of neoliberalism by collective urban agents since the late 1990s.

KEY WORDS: Urban movements. Socio-spatial change. Latin America.

INTRODUÇÃO

A partir da primavera de 1922, as greves organizadas pelo *Sindicato Revolucionario de Inquilinos* – de orientação anarcossindicalista – abalaram, durante três anos, a cidade portuária de Veracruz, no México, onde os aluguéis do complexo habitacional destinado às classes baixas haviam sido abusivamente elevados pelos especuladores. Um terço dos habitantes da cidade aderiu às greves, ocupações e manifestações dessa primeira grande revolta urbana na América Latina do século XX, a qual já possuía todas as características centrais daquilo que, posteriormente, Manuel Castells chamaria de *urban movements*: suas motivações estão atreladas às características específicas do desenvolvimento urbano capitalista – no caso, à combinação de diversos fatores, tais como o crescimento urbano, a incapacidade do Estado em prover moradia e infraestrutura suficientes, a recessão econômica e a veloz especulação imobiliária. Seus ativistas eram oriundos do “*lumpemproletariado urbano*” (CASTELLS, 1983, p. 46), conformado por trabalhadores expulsos do campo, pequenos comerciantes ou prostitutas. Embora a greve tenha se referenciado em torno de questões relativas à reprodução e, portanto, disponibilidade, qualidade e custo das moradias e infraestrutura local existentes, ela foi substancialmente construída sobre as bases de uma rede de mulheres, apesar da forte dominação masculina entre os movimentos sindicais. Também a oscilante reação do Estado, variando entre repressão e cooptação, é característica dos movimentos urbanos. Enquanto o Exército tratou de destruir violentamente a feição revolucionária da revolta, o governo regional “social-reformista”, com a ajuda de uma lei de controle dos aluguéis, conseguiu cooptar os inquilinos, debelando, assim, o movimento.

Adicionalmente, a trajetória das greves antecipou a relação entre os migrantes urbanos e os governos na esteira do extremo dinamismo da urbani-

zação verificado na década seguinte: como a cidade continuou crescendo e a greve obteve apenas pouco êxito, os inquilinos frustrados e os migrantes rurais ocuparam as periferias, buscando, assim, solucionar por conta própria o seu problema de moradia. Embora ilegais, o Estado priorizou assentamentos irregulares para um movimento de inquilinos formado por militantes de esquerda e uma política dispendiosa de construção de habitações, tendo incentivado os assentamentos através de crédito e doações de terras. A militância do movimento viu-se reduzida, então, a uma relação clientelista com o Estado, por meio da qual os assentados se tornaram dependentes, posto que necessitados da constante solicitação de ajuda para assegurar a instalação e o provimento de equipamentos e serviços urbanos (BEHRENS, 2002, p. 535).

Com o presente artigo pretendo investigar, recorrendo a exemplos de cidades latino-americanas, a questão de saber nos marcos de quais “constelações societais” [*gesellschaftliche Konstellationen*] podem-se desenvolver semelhantes movimentos urbanos militantes que não se referenciam apenas pelos interesses de um único grupo e não possuem relação clientelista com o Estado – mas que, pelo contrário, objetivem mudanças fundamentais nas cidades. Para isso, esboçarei, primeiramente, as características do processo de urbanização na América Latina, discutindo ainda o famoso conceito de *movimentos urbanos* formulado por Manuel Castells.

No início do século XX, a migração em massa do campo para a cidade multiplicou, em apenas poucas décadas, o número de habitantes das emergentes cidades industriais. A “hausmannização” das metrópoles, seguindo o modelo de Paris, destruiu rapidamente os cortiços nas áreas centrais, onde os migrantes desabrigados encontravam um primeiro alojamento. Uma “*política de periferação*” (Andreas Novy) os isolou da burguesia, tomando os pobres como “classe perigosa”, estigmatizando-os espacialmente e obrigando-os a estabelecer, por iniciativa própria, seus distritos residenciais em terrenos baldios, ao passo que os recursos estatais atendiam às demandas das elites. É bem verdade que, do ponto de vista da origem e da estrutura, há grande diferença entre favelas (Brasil), *colonias proletarias* (México), *villas miserias* (Argentina), *barriadas* (Peru) ou *callampas* (Chile). Ademais, ao lado de ocupações ilegais de terra, há também assentamentos tolerados pelo Estado ou semilegais – parcelados ilegalmente. De todo modo, o estigma da marginalidade gera, via de regra, uma insegurança em torno da desapropriação iminente. Considerados por princípio

“estranhos” à normalidade urbana, os assentamentos devem ser eliminados ou normatizados por uma “política de restituição da ordem moral” [*moralische Ordnungspolitik*]. Essas *tecnologias de poder* [*Machttechnologien*] aparentemente alternativas podem ser compreendidas como estratégias complementares, as quais são características de uma “guerra de desmoralização empenhada contra os estranhos e o estranho” (“*war of attrition waged against the strangers and the strange*”) (BAUMAN, 2001, p. 200-217) no Estado moderno. Uma estratégia de assimilação – que aparece em programas autoritários de reeducação e modernas intervenções espaciais – procurou resolver a diferença em relação ao “outro” pela anexação: para a participação social, os assentados sem título devem submeter-se incondicionalmente à municipalidade. Por outro lado, busca-se uma estratégia de segregação que se manifesta pela destruição sistemática dos assentamentos visando a aniquilar esse “outro”. Até hoje impera o discurso que os rotula de “mal urbano”, como criminosos ou amorais, ignorando sua real integração no mercado de trabalho, suas práticas culturais ou seu cotidiano social.

Seu *status* ilegal ou semilegal faz com que habitantes muito diversos socialmente regulamentem as relações internas dos assentamentos em um sistema informal de direitos e de normas fora da sociedade burguesa. Até os dias de hoje, possuem eles uma “cidadania fragmentada” e reduzida (SILVA, 2002, p. 221). Com a disseminação do clientelismo dominante, que parecia a única possibilidade de influência política, a luta pelo acesso aos bens públicos foi substituída pelo assistencialismo; “no lugar da crítica, a resignação; em vez do intelectual orgânico, a formação de lideranças tradicionais” (BURGOS, 1998, p. 29). Os movimentos urbanos que, para além da mera negociação política, objetivavam uma transformação social, puderam desenvolver-se apenas periodicamente, em meio a um contexto de condições específicas. Além da característica socioeconômica do desenvolvimento da cidade, esse contexto está relacionado, principalmente, ao sistema e às políticas do Estado nacional.

O CONCEITO DE MOVIMENTO SOCIAL URBANO

Manuel Castells inicialmente supôs – com relação aos países industrializados do ocidente – que o Estado, no capitalismo avançado, organiza cada vez mais o consumo coletivo (construção de casas, infraestrutura social etc.) e politiza o cotidiano das cidades: em protestos contra o recuo ou o conteúdo das

ações estatais (como, por exemplo, a demolição de um assentamento auto-organizado em favor de um conjunto habitacional modernista), as alianças políticas podem se chocar contra o Estado capitalista que, por sua vez, as transforma (CASTELLS, 1977). Já em seu livro *The City and the Grassroots* (1983), que também contém análises de cidades latino-americanas, Castells argumentou possuírem tais movimentos urbanos a característica de transformadores do sistema. Como “utopias reativas”, elas têm como objetivo “transformar o significado [*meaning*] da cidade sem, no entanto, modificar a sociedade. Elas seriam reações, não alternativas” (CASTELLS, 1983. p. 327): reações à lógica capitalista, que transforma cidades em mercadorias; ao estatismo autoritário, que dificulta a coletividade democrática; e à cultura de massa, a qual é direcionada contra a autonomia cultural de seus habitantes. Em virtude do fracasso do movimento operário e dos partidos políticos em relação à “oposição à exploração econômica, dominância cultural e pressão política” (CASTELLS, 2002, p. 66), teria restado aos moradores apenas a organização autônoma relacionada ao local de moradia. Castells define os movimentos urbanos como atores coletivos organizados em território urbano e independentes de partidos políticos, atores que lutam por um consumo coletivo adequado e pelo valor de uso da cidade, por autonomia cultural e por uma vida comunitária, bem como por uma política local de autodeterminação. Como exemplos, ele utiliza os movimentos de ocupações de terras na América Latina, entre outros.

As suposições de Castells são, no final das contas, contraditórias: embora os movimentos urbanos não estejam em posição de modificar a sociedade, ele reconhece apenas aqueles movimentos que conduziram suas lutas simultaneamente nos campos do consumo coletivo, da autonomia cultural e da autodeterminação política. Movimentos ou atores que cooperam com o aparato estatal para melhorar sua situação de vida não estão incluídos. Alain Touraine, por sua vez, nega aos ativismos de bairro da América Latina o caráter de movimento social, mesmo em princípio, posto não objetivarem eles o controle e a transformação do sistema como um todo (cf. SPERBERG, 1997, p. 36). Olhando em retrospectiva para os anos 90, Castells faz uma nova tipificação dos movimentos urbanos: muitos dos seus discursos e atores foram integrados às autoridades locais. Inúmeros movimentos ambientalistas de classe média seguem hoje os objetivos egoístas ao estilo “*not in my backyard*”, enquanto um número gigantesco de comunidades pobres aflige-se em sua sobrevivência coletiva. Além

disso, tipos de movimentos criminosos sem propósitos políticos têm se disseminado. Assim, Castells reduz os movimentos urbanos a comunidades locais que demonstram fontes específicas de identidade, mas que reagem, “na maioria dos casos, de maneira apenas defensiva contra a imposição da desordem global e as rápidas e incontroláveis mudanças” (CASTELLS, 2002, p. 70).

Essa perspectiva rígida leva pouco em consideração as diferenças entre os países industrializados do Ocidente e aqueles localizados no Sul Global [*Globaler Süden*]. Seu conceito hermético de mudança social – a qual vale como real apenas quando ocorre no coração do sistema capitalista – e sua compreensão clássica de política – que exclui as relações de poder do campo da cultura ou das negociações do dia a dia – não lhe permitem compreender o significado dos ativismos sociais nas cidades do hemisfério sul.² Assim como o cotidiano, também o local é subordinado à esfera da comunidade e separado como categoria teórica da esfera da sociedade (cf. BANCK e DOIMO, 1989, p. 125-150). Entretanto, o bairro não é uma localidade [*Ort*] portadora de uma comunidade uniforme e com valores e normas constantes, mas sim uma área residencial onde, em vista de uma “violência estrutural e imediata [...], ações de experimentação e adaptação são especialmente variadas no sentido das circunstâncias sociais e de políticas cambiantes” (BULTMANN, 1995, p. 143-234). Além disso, o conceito de *comunidade de sobrevivência* [*Überlebensgemeinschaft*] reduz o significado dos movimentos de bairro, pois ele se atém às necessidades básicas, não incluindo educação e cultura. Em comparação ao que ocorre nos Estados de bem-estar social europeus, os movimentos urbanos na América Latina se apropriam de territórios urbanos de maneira mais espontânea. Já que as demandas sociais fazem menos sentido para o Estado, os habitantes pobres procuram cuidar dos espaços de produção e reprodução de seus assentamentos por conta própria (ALTVATER, 2005, p. 197). Por um lado, isso implica uma “intensificação da militância no cotidiano” (LEBUHN, 2006, p. 36-39), que possivelmente transgride o direito à propriedade privada ou resulta na defesa armada do espaço adquirido. Por outro lado, a situação de ilegalidade, assim como a falta de reivindicações por infraestrutura e direitos da classe média implicam numa sujeição à arbitrariedade de um Estado “bem intencionado”.

² Como, por exemplo, SCHUURMAN (1989), SPERBERG (1997) e MAYER (2006).

Definições concernentes às mudanças políticas e sociais que se orientam por critérios externos, as quais negam aos movimentos urbanos na América Latina, em princípio, um alcance que abranja a sociedade como um todo, não conseguem capturar a realidade social dessas cidades. Pelo contrário, os movimentos não deveriam ter sua importância subestimada em decorrência do seu caráter frequentemente local e vulnerável às pressões do Estado: uma vez que o poder se revela de muitas maneiras nas esferas econômica, política e cultural, incluindo o cotidiano, mudanças aparentemente pequenas podem ter implicações de longo alcance para os “mundos da vida” [*Lebenswelten*] cotidianos (ALVAREZ e ESCOBAR, 1992, p. 317-330). A importância dos movimentos urbanos só pode ser compreendida, portanto, se contextualmente atrelada a uma “política do possível” (ALVAREZ e ESCOBAR, 1992, p. 325). Frans Schuurman os definiu, tendo como base uma análise comparativa com o hemisfério sul, como “organizações sociais ancoradas territorialmente que lutam pela emancipação através de ações coletivas” (SCHUURMAN, 1989, p. 21). Além da satisfação das necessidades básicas, a emancipação aqui inclui a ausência de discriminação e o acesso ao processo de decisão política. Para John Friedmann, os “*barrio movements*” latino-americanos são movimentos sociais desde que se configurem como atores coletivos que se mobilizam em torno de uma prática emancipatória, a qual, em caso de sucesso, produz um *autoempoderamento* [*Selbstermächtigung*], identidades sociais e uma “*autoprodução da vida*” (*self-production of life*) (FRIEDMANN, 1989, p. 503). Também a sua definição sublinha exageradamente o papel da autonomia e ignora o processo de interdependência que surge em um contexto de cooperação com os aparatos estatais. Pois o Estado não é apenas um “opponente”, mas também um “fiador” (SCHUURMAN, 1989, p. 19 e BORIS, 1998, p. 197). Ele é responsável pela ausência de direitos civis, pela má situação de vida ou pelo *status* de ilegalidade que ameaça a existência, como também é o destinatário das demandas por direitos iguais e por infraestrutura. Essa relação *per se* ambivalente dos movimentos de bairro com o Estado torna-os mais suscetíveis às estratégias de cooptação.

Para poder analisar as formas de interdependência entre aparatos estatais e os atores dos movimentos urbanos, é preciso recorrer ao conceito de *governo* de Michel Foucault, o qual não se restringe às instituições estatais. Para Foucault, o governo se remete, para além do significado exclusivamente político, a “formas

de ação e campos da *práxis* que, de diversas maneiras, objetivam a condução, o controle, o gerenciamento individual e coletivo, compreendendo, da mesma forma, o *governo de si*, como também as *tecnologias de governo do outro*” (LEMKE *et al.*, 2000, p. 10). Ele entende o governo como “um ponto de contato, no qual a forma de condução dos indivíduos pelo outro está amarrada ao modo de governo de si” (LEMKE *et al.*, 2000, p. 29). O conceito de *governamentalidade* conecta, na qualidade de “*conduite des conduites*” (FOUCAULT, 1994, p. 237), formas de poder e processos de subjetivação. O governo de si (“tecnologias de si” [*technologies du soi*]) e o governo através de outros (tecnologias de poder) são compreendidos como métodos interdependentes. O governo não oprime a subjetividade, mas inventa e promove “tecnologias de si” que podem ser integradas nas estruturas de poder. Os sujeitos são submetidos, ao mesmo tempo, à maneira como o poder é exercido e à capacidade de governo de si. Além da mentalidade persuasiva dos líderes, contribuem para a aceitação do poder a coação e a repressão. Sobre as relações entre aparelhos estatais e movimentos urbanos, é preciso também indagar a proposta de áreas de fratura, relativamente às quais fracassa o consenso entre tecnologias de poder e “tecnologias de si” dos moradores e se produzem reações que se colocam contra a absorção nas relações de dominação.

A história dos movimentos urbanos na América Latina demonstra que tais movimentos, sobre os quais o Estado exerce tecnologias de poder sob a forma de estratégias de cooptação clientelistas, podem, em sua maioria, resistir a essas tecnologias e protagonizar expressivas mobilizações, caso consigam de fato desenvolver uma identidade política para além das questões territoriais. Foi sobre essa base que puderam os movimentos do fim da década de 60 se diferenciar daqueles da fase de democratização dos anos 80. Este ainda é, com frequência, o curso dos movimentos que, desde os anos 90, têm reagido às consequências políticas e sociais do neoliberalismo.

REVOLTAS RADICAIS: MOVIMENTOS URBANOS E ESTUDANTIS

Em face das consequências sociais da urbanização e da atmosfera tensa e explosiva nos assentamentos irregulares, a esquerda se voltou, no final dos anos 60, para as cidades. No Brasil, um movimento de oposição se formou na classe média urbana contra o regime militar, movimento cuja vanguarda era composta por estudantes. Após o decreto do Ato Institucional nº. 5, que removeu definitivamente os restos de Estado de direito, muitos estudantes foram para

a clandestinidade armada e desenvolveram, sob o comando do dissidente do Partido Comunista Brasileiro (PCB) Carlos Marighela, uma nova tática de guerrilha urbana (ALVES, 1971, p. 9-24 e GABEIRA, 1982). Antes de seu assassinato pelos militares, Marighela escreveu o “Manual do Guerrilheiro Urbano” (MARIGHELA, 1971, p. 39-84), deslocando o foco da luta armada do Nordeste rural para o triângulo metropolitano conformado por Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Por um lado, a origem urbana da oposição estudantil tornaria uma luta no campo impossível. Por outro lado, a favela, na qual os migrantes vindos do campo se assentaram, servindo de exército de reserva para o capitalismo, exercia a função representada pelo campo no pensamento de Mao. Toda a sua estrutura já “se baseava em um sistema de autodefesa contra a hostilidade da classe média” (ALVES, 1971, p. 20). A guerrilha urbana ideologicamente rígida promoveu, sem dúvida, ações sensacionais, como o sequestro do embaixador dos Estados Unidos. Entretanto, os militantes, advindos da classe média, não conseguiram adaptar seu “mito do trabalhador revolucionário” à realidade das favelas. Seu ativismo não conseguiu se aproximar das “tecnologias de si” prevaletentes, não construiu uma base social e acabou por ser brutalmente esmagado.

Ao contrário do Brasil, no México uma parte do movimento estudantil fundiu-se com os ocupantes de terras, originando o *Movimiento Urbano Popular*. As associações de moradores em assentamentos irregulares permaneceram, em sua maioria, sob o controle autoritário de um cacique amparado pelas autoridades locais. O Estado canalizou a participação política dos ocupantes e assegurou os seus votos para o partido governista, o PRI. Os militares suprimiram brutalmente as ocupações autônomas, mas, apesar do amplo controle social dos protestos, um movimento de bairro independente surgiu no início dos anos 70, impondo-se, pela primeira vez no longo prazo, contra as estratégias de cooptação do Estado (BENNETT, 1992, p. 240-259). Essa ruptura com o estilo de governo consensual clientelista levou, por um lado, à ineficiência do Estado em superar a miséria urbana, resultado da urbanização; e, por outro, à supressão brutal da revolta estudantil através do massacre na Praça das Três Culturas, na Cidade do México. A repressão violenta contra a agitação político-partidária independente e a guerrilha inflamada motivaram os estudantes ativistas a construir um trabalho de longo prazo, orientado pelo maoísmo, nas *colonias populares*, trabalho esse capaz de se aproximar das “tecnologias de si”

predominantes. Pela primeira vez novos movimentos urbanos oposicionistas reclamaram suas demandas sociais através da mobilização política, e não mais por meio de relações clientelistas. Como *Movimiento Urbano Popular*, independente eles puderam, a partir de 1972 – na esteira da abertura política do governo Echeverría –, desenvolver-se de modo relativamente livre³.

A *colonia de lucha* que obteve maior sucesso foi a de 1973, quando 1.500 famílias fundaram *Tierra y Libertad*, na cidade industrial de Monterrey. Muitos estudantes tinham aderido já bem cedo ao grupo de ocupantes composto por migrantes advindos do campo e pobres urbanos. Eles procuravam radicalizar sua postura política por meio de uma prática cotidiana de autonomia, solidariedade, democracia direta e autogestão. Diferentemente de outras ocupações, eles seguiam uma estratégia de autonomia, rejeitavam as ofertas de cooptação por parte do Estado – possivelmente a legalização da *colonia* sobre direitos de propriedade individual – e resistiam aos ataques da polícia através de uma militância mais intensa. Entretanto, com o aumento da institucionalização o movimento perdeu sua força de base democrática e degenerou para um tipo de “*caciquismo urbano*” (Menno Vellinga). Nessa situação, um novo governo conservador obteve sucesso em dividir a *colônia* através da tradicional combinação de cooptação e repressão – destruiu novas ocupações resistentes e ofereceu legalizações individuais aos ocupantes. Muitos se refugiaram novamente sob a tutela do Estado, e este pôde então implementar um governo de tipo clientelista (Cf. VELLINGA, 1989, p. 151-176; BENNETT, 1992 e CASTELLS, 1983). Embora o movimento estivesse em seu ocaso no início dos anos 80, *Tierra y Libertad* demonstrou que um movimento urbano, sob condições sociais específicas, tem a possibilidade de alcançar ampla autonomia em relação ao Estado e romper com as tecnologias de poder de repressão e cooptação (CASTELLS, 1983, p. 199). Em relação ao seu significado decisivo, o movimento estudantil altamente politizado logrou, através de um intensivo trabalho de base, aproximar-se das “tecnologias de si” dos pobres urbanos e fundir-se com o seu ativismo.

No Chile, a tentativa estatal também provocou, na metade dos anos 60, a integração das organizações de assentados reformistas em um movimento de bairro independente. O governo democrata-cristão estabeleceu nas *callampas*

³ Cf. Bultmann (1995, p. 159 et seq).

ilegais as *juntas de vecinos* elegíveis, desenvolvendo um programa de construção de moradias que foi apenas em parte realizado. Por isso os assentados frustrados fundaram centenas de comitês de sem-teto, dos quais surgiu o movimento dos *pobladores*. Durante o governo Allende, todos os assentamentos ficaram sob o controle dos partidos políticos, sendo a maioria controlada ou pela *Unidad Popular* governista – a qual sustentava ser o provimento de moradias uma tarefa do Estado, pregando o direito à moradia para os assentados –, ou então pelo *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR) –, que considerava os *pobladores* uma frente política na luta de classes (cf. KLAARHAMER, 1989, p. 177-198 e BULTMANN, 1995).

Também aqui, um processo de politização que, diferentemente do México, era dirigido por partidos políticos, mobilizou um número enorme de *pobladores* e, em pouco tempo, conquistou centenas de milhares de moradias e serviços urbanos⁴. Pela primeira vez, o Estado foi obrigado a satisfazer as necessidades das classes mais pobres. O movimento de ocupações chileno, como conclui Castells, possuiu o potencial de transformar revolucionariamente a sociedade através de uma aliança entre proletariado organizado e desorganizado e, também, com a pequena burguesia. Pela primeira vez a esquerda latino-americana compreendeu o potencial dos movimentos urbanos e estabeleceu como objetivo exercer hegemonia política sobre eles. No entanto, o controle instrumental exercido pelos partidos impediu as possibilidades de aproximação com as “tecnologias de si” dos pobres urbanos, limitando a sua participação política: os *campamentos* radicais do MIR estavam marcados por um profundo abismo entre a vanguarda política e os ocupantes comuns, os quais se defendiam das concepções organizacionais revolucionárias que contrariavam as suas “tecnologias de si” tradicionais. Após o golpe de 1973, o regime de Pinochet eliminou o movimento e assassinou ativistas radicais.

A FASE DE DEMOCRATIZAÇÃO

Com o auxílio dos exemplos do Chile, Brasil e México pode-se também discutir o papel dos movimentos urbanos no processo de democratização. Destroçados pelos regimes, os movimentos puderam, somente com muito esforço, reconstituir-se. No final dos anos 70, no Rio de Janeiro, ativistas críticos

⁴ Castells (1983, p. 199 et seq).

começaram a agitar contra o controle estatal das organizações de moradores. Eles fundaram, no processo de dissolução da ditadura, numerosas associações de moradores; exigiram, sob a proteção de comunidades eclesiais de base, seus direitos civis; e apoiaram o desenvolvimento de uma consciência crítica nas favelas. Esse ideologema comunitário dominante posicionava-se por formas organizacionais de base democrática e por uma posição autônoma perante o Estado e os partidos (ZALUAR, 1998, p. 209-232). Muitos dos intelectuais influenciados por Castells superestimaram o potencial crítico das associações de moradores para a renovação democrática do Brasil. Por fim, tendo os governos estaduais populistas de esquerda usado os ativistas como cabos eleitorais, os aparelhos estatais conseguiram estabelecer, já na metade dos anos 80, um tipo de governo consensual e clientelista (cf. SOUZA, 2000).

No Chile, a partir de 1977, a Igreja refundou, sob sua proteção, os comitês de sem-teto, em que ativistas de partidos proibidos podiam se reunir sob a sua proteção. Logo as cozinhas comunitárias, as cooperativas de consumo ou os comitês de desempregados voltariam a existir⁵. Com isso, uma onda de protestos, aparentemente surgidos do nada e ocorridos em 11 de maio de 1983, que acompanharam uma greve geral e varreram Santiago com barricadas em chamas, baseou-se na reconstrução dessas organizações de bairro localizadas nas *poblaciones*. Os protestos de rua duraram três anos, finalmente cessando após a greve geral nacional em junho de 1986, com a prisão de todas as lideranças da frente oposicionista *Asamblea de La Civilidad*. Se observarmos as *poblaciones* que realizaram essa revolta, perceberemos uma continuidade, que remonta aos anos 60, de uma resistência militante que esteve intimamente ligada à sobrevivência dos partidos de esquerda na clandestinidade. A militância nos bairros, como em La Victoria, que já desde 1980 tinha reconquistado uma administração própria democrática, resultou de uma ligação histórica com o Partido Comunista (SCHNEIDER, 1992, p. 260-275). Essas *poblaciones* resistentes se revelaram como o motor originário do posterior movimento de massas contra o regime. Seus moradores, treinados no ativismo político, estavam preparados, apesar do alto risco pessoal, para oferecer resistência. Apenas no curso da repressão brutal puderam os partidos moderados de oposição obter novamente sucesso no controle das organizações de bairro. Ativistas foram favoráveis à

⁵ Cf. Bultmann (1995, p. 159 et seq).

negociação com partidos moderados sobre os processos de liberalização, tendo sido, em função disso, deixados de lado. Além disso, falharam, devido a divergências ideológicas, as tentativas de construção de organismos regionais de base democrática. Quando Pinochet deixou o poder, perdeu-se o inimigo comum. Agora, frequentemente, líderes locais eram presenteados com empregos em órgãos públicos e a participação da base declinou dramaticamente.

Outro processo que, como esse, terminou em desmobilização, pode ser observado no México. Lá, um movimento logrou fundar, em 1981, um comitê de coordenação nacional: como uma “organização guarda-chuva”, a *Coordinadora Nacional del Movimiento Urbano Popular* (CONAMUP) perseguiu o objetivo de transformar o México de maneira revolucionária em uma sociedade democrática, e operou para muito além da questão da moradia. Entretanto, o comitê envolveu-se numa luta entre o grupo maoísta – que, com uma rede de “territórios liberados no círculo periférico ao redor das cidades”, pretendia preparar uma rebelião popular – e a posição majoritária, a qual se engajava dentro do sistema político existente (BULTMANN, 1995, p. 167). Após o terremoto na Cidade do México, que gerou, em 1985, uma onda de fundações de organizações urbanas, a CONAMUP dissolveu-se em favor da *Asamblea de Barrios y Organizaciones Vecinales*, dentro das quais se organizou o movimento das vítimas do terremoto. Estas se uniram, desde cedo, ao movimento eleitoral que apoiava Cuauthémoc Cárdenas, originando, em 1988, o PRD, o que foi muito importante para o processo nacional de democratização. Assim como aconteceu no Chile, o conjunto de correntes oposicionistas enfraqueceu-se sob a égide de um novo partido, o qual, no começo, se apoiou nos ativistas urbanos e em sua estrutura organizativa – o *Movimiento Popular Urbano*, o qual perdeu, ao fim e ao cabo, seu caráter de movimento. Com isso, o governo central viu-se obrigado a formular uma nova política para os pobres urbanos, os quais eram temidos por constituírem a base social do PRD. Algumas organizações de moradores estavam integradas aos novos princípios de governança [*Governance-Ansätze*], e os atores econômicos e da sociedade civil procuraram costurar “parcerias” (MAYER, 2000, p. 141-157). Entretanto, isso só se tornou válido com a emergência de uma governamentalidade neoliberal – ainda que em uma forma específica – para cidades do capitalismo tardio em escala global. O *Programa Nacional de Solidaridad*, na Cidade do México, que canalizou seus recursos, obtidos por meio de acordos estatais com organizações sociais selecionadas, para os *barrios*, é um claro exemplo disso.

Nos anos 90, a pergunta do estudioso dos movimentos sociais Chris Pickvance, “*Where have the urban movements gone?*” (PICKVANCE, 1995) simboliza a queixa generalizada a respeito do declínio global dos movimentos no contexto de mudança estrutural da política local. As associações de moradores transformaram-se de parceiros dos programas oficiais de urbanização em “miniprefeituras” (ALVITO, 2001). Isso possivelmente levou, no Rio de Janeiro, ao Plano Diretor de 1992, o qual, pela primeira vez, registrou o direito das favelas à urbanização. Os movimentos urbanos, com suas construções coletivas e sua cultura de vizinhança e projetos sociais, apresentavam-se como produtores baratos da infraestrutura que o governo local não queria financiar. Muitos se profissionalizaram como provedores de serviços culturais responsáveis por cooperar com assistentes sociais ou até mesmo assumir as suas tarefas. A autoajuda e a participação popular decaíram e tornaram-se clichês: até mesmo o Banco Mundial clamou por uma “mobilização de baixo para cima”, a qual “evoca retoricamente o espírito tradicional dos movimentos de oposição [...], utilizando, contudo, essa tradição de maneira bastante específica, limitada e formalizada” (MAYER, 2003, p. 125). Muitas organizações de moradores definem-se então pela captação de recursos públicos e por angariarem poder decisório sobre a sua distribuição. É comum que mesmo associações fundamentadas na democracia de base degenerem e se tornem burocráticas, com o fito de implementar programas estatais, e que muitos ativistas sejam capturados pelo aparato das autoridades municipais. Essa nova tecnologia de poder surgida com a governamentalidade neoliberal, a qual Nikolas Rose denominou “governar através da comunidade” (ROSE, 1999), levou a uma competição pelos recursos públicos, despolitizou as associações de moradores, que agora operavam como organizações não governamentais, e pulverizou as posições comuns assumidas perante o Estado.

Na América Latina essas novas políticas baseavam-se, contudo, no reconhecimento formal dos assentamentos anteriormente ilegais, na abertura estatal em relação à sociedade civil – pela qual os representantes dos pobres passaram também a ser levados em conta – e na compreensão de que as necessidades de subsistência deveriam ser ao menos tematizadas. Isso seria impensável sem a existência, ao longo de décadas, dos movimentos urbanos. Assim, esses movimentos têm contribuído de forma decisiva para um processo de democratização social, política e cultural. A maior transformação ocasionada pelos movimen-

tos urbanos foi com relação às mulheres: excluídas da relação tradicional “patrão-cliente” [*Patron-Klient-Beziehungen*: clientelismo], os movimentos urbanos viabilizaram, pela primeira vez, a sua participação política. Isso provocou uma modificação no espaço urbano especificamente em relação à questão de gênero. Assim, ocupações de terra nas quais “mulheres, por sua iniciativa, conseguiram a casa própria e defenderam seu direito no âmbito da esfera privada [*Privatheit*], foram conduzidas no sentido de uma ruptura com os papéis familiares de gênero e estruturas de poder que marcaram, por décadas, a vida das mulheres das classes sociais mais baixas” (SCHÜTZE, 2005, p. 101-117).

FAZENDO FACE AO NEOLIBERALISMO

Mesmo com o declínio dos tradicionais sujeitos políticos, os assentamentos irregulares nunca se despolitizaram. Na verdade, o vácuo político gerado pelas associações de moradores desgastadas pelo clientelismo e pela cooptação produziu novos atores, cujos campos de atuação e estratégias eu gostaria de discutir tomando como exemplos Rio de Janeiro e Buenos Aires.

A atual relação entre a favela e o governo local no Rio de Janeiro manifesta-se no equilíbrio entre o aumento de poder e a instrumentalização dos atores dos movimentos, os quais se institucionalizaram. Se a maioria das associações de moradores tradicionais foi cooptada pelo Estado ou corrompida pelo tráfico de drogas, novos atores emergiram nos anos 90 no campo da cultura, os quais farão a ligação entre os trabalhos culturais e sociais com o ativismo político (LANZ, 2007, p. 93-107). Eles criticam a legalização e a urbanização parcial das favelas sem o acompanhamento da redução da pobreza e da violência, além da falta da construção de relações conformes ao Estado de direito. Nessas comunidades operam unidades policiais na guerra contra o tráfico de drogas que são vistas pelos moradores como “criminosos fardados”, tão assassinos quanto os outros criminosos.

Rumando em direção a um novo tipo de movimento favelado, desenvolve-se uma cena *hip-hop* politizada. “Eu entrei para o *rap*”, diz o músico e ativista MV Bill, “quando acreditei que era um movimento político [...] que era a forma que eu tinha de dar voz à minha comunidade” (MV BILL, 2004). Ao entrarem em cena responsabilizando o Estado e a sociedade pela violência nas favelas, os músicos ativistas ganham *street credibility* e o poder do discurso político. Suas ações geram o medo da autorrepresentação da “classe perigosa”,

a qual não se deixa mais cooptar. Para promover a consciência política e a inclusão social da população afro-brasileira, e para lutar contra o racismo, MV Bill funda a *Central Única das Favelas* (CUFA), que mantém uma gravadora e organiza eventos culturais em mais de cem favelas, além de bibliotecas e projetos de educação e cidadania junto aos jovens. Recentemente, seus ativistas surgiram para o público como representantes centrais da favela, ao lançarem na televisão brasileira um filme sobre a violência, e por terem sido convidados a ir a Brasília para discutir com o presidente Lula a questão das favelas.

Outro ator dessa esfera da cena *hip-hop* é o *Grupo Cultural AfroReggae* (GCAR), que foi fundado em 1993, depois de um massacre policial na favela de Vigário Geral. O projeto deseja fornecer à juventude alternativas à economia das drogas e formar cidadãos maduros que reivindiquem seus direitos. Além dos centros socioculturais e os projetos educativos, o GCAR promove uma empresa de produção musical e o grupo internacionalmente conhecido *AfroReggae* (cf. JUNIOR, 2003). Seus músicos se veem como ativistas e se pronunciam – em letras musicais e vídeos – contra a violência policial, a exclusão social e o estigma social da favela. Sua missão institucional é colocar em prática nas favelas os hoje limitados direitos humanos⁶. Ao mesmo tempo, suas “tecnologias de si” correspondem a uma governamentalidade neoliberal. O capital cultural do *hip-hop* explicitamente prepara seus jovens para o mercado de trabalho, o qual cobra criatividade e iniciativa própria. O *AfroReggae*, portanto, assume algumas tarefas do Estado (envolvido no complexo das drogas), como a pacificação e a formação de sujeitos economicamente utilizáveis.

Tais redes associam, contudo, uma cooperação pragmática com aparelhos estatais e internacionais a uma agenda política progressista. As práticas reluzentes dos *hip-hoppers* produzem uma representação oposta da favela, que, sem dúvida, está entrelaçada com o discurso hegemônico – a favela como um lugar de violência e desordem social. Essa apropriação dissidente marca, entretanto, um retorno. A resistência é uma subversão, portanto, uma provocação, uma ironia, um choque. Sem dúvida, seu senso de responsabilidade própria e de cidadania associa as tecnologias de poder neoliberal às “tecnologias de si”, mas ultrapassa a redução econômica. Sua concepção de *community* não é a tradicional, fechada, mas embutida no sistema de referência global da cultura *pop*. Tais atores

⁶ Entrevista realizada em março de 2003.

não operam de maneira defensiva “contra as imposições da desordem global” (CASTELLS, 2002, p. 70), mas contêm, segundo Foucault, ao menos o potencial de gerar novas formas de subjetividade, as quais rompem, a médio prazo, com o regime histórico de violência estrutural e física nas favelas, podendo, assim, transformar substancialmente a sociedade brasileira. Diferentemente dos anos 60 e 80, a favela possui agora “intelectuais orgânicos” (Antonio Gramsci) que carregam esse ativismo, o qual não mais se baseia em intervenções paternalistas vindas de fora.

Em Buenos Aires, por outro lado, onde a esquerda mal havia se recuperado da ditadura, “mudanças emancipatórias capilares” (BRAND, 2003, p. 12) emergiram com o colapso do sistema político-econômico em 2001. Em mais de cem bairros, *asambleas populares* autônomas que exigiam uma convenção constitucional foram criadas. Ao mesmo tempo, isso originou formas de vida alternativas, responsáveis pela promoção de círculos paralelos de produção, distribuição e consumo de mercadorias e conhecimento (COLECTIVO SITUACIONES, 2003, p. 19). As *asambleas*, muitas das quais existem ainda hoje de forma reduzida, começaram a questionar a política de representação, a buscar uma forma de organização com estruturas de decisão horizontais e a fundir suas atividades com o movimento dos desempregados (*piqueteros*) e as ocupações de fábricas (*empresas recuperadas*) (BIELSA, 2002 e BLANK, 2004, p. 184-195). Muitos dos antigos ativistas de bairro fizeram, a partir de 1997, parte da fundação do movimento dos *piqueteros* nos bairros pobres da periferia da metrópole. Eles romperam com o clientelismo tradicional e exigiram, com bloqueios de estradas, o direito social ao trabalho, além de investirem (aqueles que lutaram pelo *Planes Trabajar* do Estado) em alternativas de infraestrutura local, tais como cozinhas comunitárias, cooperativas e postos médicos. O movimento de *empresas recuperadas*, por outro lado, originou-se quando trabalhadores ocuparam as fábricas abandonadas por seus proprietários durante a crise econômica e continuaram a produção de forma coletiva, com 90 desses casos somente em Buenos Aires. Para reforçar as relações solidárias de vizinhança, foram estabelecidas muitas *empresas* que puderam, em sua maioria, consolidar-se como cooperativas autogeridas, cozinhas comunitárias e centros culturais de bairro (ZIBECCHI, 2004; FAJIN, 2003 e BORIS, 2006), tentando direcionar sua produção e comercialização para o atendimento das necessidades locais. No caso das empresas de alimentos, os “produtores agrícolas, *piqueteros*, as-

sembleias de cidadãos e trabalhadores de fábricas ocupadas uniram-se e constituíram laços mediados não pelo mercado, mas sim diretamente entre eles.” (ZIBECHI, 2004, p. 276) A médio prazo, uma prática do “prossumir” deveria ligar os circuitos paralelos do produzir e do consumir. Na periferia pobre de Buenos Aires, onde o fechamento de um grande número de empresas industriais causou muita miséria, reuniões autônomas de bairro e *piqueteros* logo se tornaram determinantes para a vida social e política de centenas de milhares que dependiam das hortas comunitárias.

O bairro alçou-se ao patamar de ação de um “novo protagonismo social” (COLECTIVO SITUACIONES, 2003), o qual não possui nem um sujeito claro nem visões abrangentes. Aqui, entretanto, as exigências clássicas dos movimentos urbanos por consumo coletivo e por autonomia política e cultural uniram-se ao conflito entre capital e trabalho e, também, à questão da constituição política da sociedade como um todo. Os “*escraches*” – fruto de um processo de discussões locais, expondo funcionários impunes remanescentes da ditadura – constituíram tentativas de trabalhar na esfera do bairro a violenta história nacional (COLECTIVO SITUACIONES, 2004). Como no Rio de Janeiro, esses movimentos de novo tipo abandonam o caráter defensivo dos movimentos urbanos constatado por Castells. Na verdade, a sociedade argentina pôde reconstituir-se sobre os fundamentos de tais movimentos locais (THIMMEL, 2003, p. 161-172). É bem verdade que isso não chegou a abater a política eleitoral, mas logrou deslocar a política do governo para a esquerda. Ademais, eles puderam testar uma nova prática social, política e econômica em nível local, criando novos sujeitos políticos. Assim como no Rio de Janeiro, esses processos de subjetivação representaram, seguramente, a mudança mais importante.

Desde o início do alívio econômico concomitante à ascensão do governo peronista de esquerda de Néstor Kirchner, no ano de 2004, encontram-se esses movimentos locais em uma posição difícil. Seus ativistas dividem-se entre defensores e opositores do governo; atores críticos são, cada vez mais, isolados e criminalizados. Uma campanha político-midiática antipiquetera empreendida em 2005 levou a uma repressão drástica contra os protestos no espaço público, pois os pobres voltaram a ser estigmatizados como “classe perigosa”, com isso retornando os *piqueteros* aos seus bairros (BORIS, 2006, p. 84).

CONCLUSÃO

A questão da envergadura das possíveis perspectivas dos movimentos urbanos pode ser discutida em ambas as cidades: no Rio de Janeiro, em face da exclusão centenária das favelas, uma auto-organização nascida da necessidade existe como parte integrante da sociedade urbana para além do Estado. Sem dúvida, Buenos Aires também possui assentamentos irregulares com uma história semelhante, mas em uma magnitude consideravelmente menor. Lá, uma resposta política específica à nova ordem mundial da “globalização” destruiu o Estado social [*Sozialstaat*] existente e, de repente, levou certos grupos pobres a inventarem novas estruturas informais do produzir, do se reproduzir ou da resistência política. Ao mesmo tempo, os atores de ambas as cidades – as quais se fragmentaram espacialmente e se polarizaram em um contexto de projetos de hegemonia neoliberal – percorreram processos bem parecidos. Uma massa de habitantes excluídos se defronta social e espacialmente contra uma burguesia autosssegada [*sich abschottendes Bürgertum*]. Enquanto estratégias precárias de sobrevivência – incluindo a economia da violência – marcam cada vez mais o cotidiano urbano, o Estado delega sua responsabilidade social às organizações da sociedade civil.

Uma comparação entre as duas metrópoles revela os campos de ação centrais dos atuais ativismos urbanos: os movimentos que se referem às *asambleas populares*, os *piqueteros* e as empresas recuperadas são lutas sociais que surgiram do colapso dos projetos neoliberais, procuram desligar-se da lógica do capitalismo globalizado e rompem, em nível local, com a dicotomia entre valor de uso e valor de troca, produtor e consumidor, trabalho remunerado e trabalho doméstico ou de subsistência. O movimento *hip-hop* nas favelas do Rio de Janeiro, por sua vez, pode ser interpretado, por enquanto, como uma tentativa de formar sujeitos úteis ao regime de acumulação global. Seu ativismo não estabelece uma crítica frontal ao capitalismo neoliberal, mas dirige-se criticamente à democracia representativa, que falhou em estabelecer na favela os mesmos direitos civis, formas de representação autodeterminadas e uma forma de governo sob o Estado de direito: sua luta gira em torno do “direito aos direitos” e da “ampliação democrática da cidadania” (KALTMEIER *et al.*, 2004, p. 7-30). Seus atores atuam dentro do sistema de referência global do *hip-hop*, cuja vertente politizada se desenvolveu mundialmente como uma forma de expressão cultural das minorias discriminadas nas periferias sociais metropolitanas.

Seus modelos de interpretação são capazes de integrar “tecnologias de si” que são sistematicamente reclamadas pelo neoliberalismo. Os próprios ativistas não compreendem o *hip-hop* apenas como meio de possibilitar à juventude marginalizada uma representação autodeterminada da favela; mas, também, como algo para formar sujeitos cuja criatividade flexível corresponda às exigências do capitalismo global: “Nós queremos transformar os jovens em empreendedores”, constata o fundador do *Grupo Cultural AfroReggae* (GABER *et al.*, 2008). Os *piqueteros* e as *empresas recuperadas* recusam-se a aderir a essa lógica: seu perigo reside, seguramente, em, como se fossem “ilhas no mar da crise capitalista”, atolarem-se “na autogestão da carência” (ARNOLD, 2003, p. 146).

Isso revela a situação atual dos movimentos urbanos: entre a exclusão de, e a inclusão nos aparelhos estatais locais, como também na cultura e na economia globalizada; entre a ambição por autonomia e a dependência de fora; entre solidariedade e o pensamento econômico; entre a coletividade e as exigências individuais. Em relação a sua definição clássica, sobretudo por um entendimento tradicional de autonomia, ela mostra-se ambivalente, inserida em um contexto de governamentalidade neoliberal, uma vez que “conceitos como o de ‘self-help’, ‘active citizenship’, ‘personal development’ e ‘empowerment’ referem-se a novas formações identitárias que se conectam diretamente às políticas de individualização e atomização do neoliberalismo” (KALTMEIER, 2004, p. 15). Assim, questões sobre o conteúdo emancipatório dos movimentos urbanos precisam ser discutidas no contexto de um campo político-cultural modificado, diferente dos anos 60 e 80. Não obstante, um conhecimento histórico sobre os laços estreitos entre os militantes dos movimentos urbanos que restaram, o modelo de desenvolvimento sócio-espacial das cidades e, também, a política local e a política central estatal é crucial para a compreensão do seu significado.

BIBLIOGRAFIA

ALTVATER, Elmar. *Das Ende des Kapitalismus wie wir ihn kennen*. Eine radikale Kapitalismuskritik. Münster: Westfälisches Dampfboot, 2005.

ALVAREZ, Sonia E.; ESCOBAR, Arturo. Conclusion: Theoretical and Political Horizons of Change in Contemporary Latin American Social Movements. In: ALVAREZ, Sonia E.; ESCOBAR, Arturo (Org.). *The Making of Social Movements in Latin America: Identity, Strategy and Democracy*. Boulder/São Francisco/Oxford: Westview Press, 1992. P. 317-330.

ALVES, Marcio M. Zerschlagt die Wohlstandsinseln der Dritten Welt? In: DETREZ, Con-

rad (Org.). *Zerschlagt die Wohlstandsinselfn der Dritten Welt*. Reinbek: Rowohlt, 1971. P. 9-24.

ALVITO, Marcos. *As Cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

ARNOLD, Alix. Anmerkungen zum Dilemma der Selbstverwaltung im Kapitalismus. In: COLECTIVO SITUACIONES (Org.). *¡Que se vayan todos! Krise und Widerstand in Argentinien*. Berlin: Assoziation A, 2003. P. 146-151

BANCK, Geert A.; DOIMO, Ana Maria. Between utopia and strategy: a case study of a Brazilian urban social movement. In: SCHUURMAN, Frans; NAERSSSEN, Ton van (Org.). *Urban Social Movements in the Third World*. Londres/Nova York: Routledge, 1989. P. 125-150.

BAUMAN, Zygmunt. Making and Unmaking of Strangers. In: BEILHARZ, Peter (Org.). *The Bauman Reader*. Malden [MA]: Blackwell Publishers, 2001. P. 200-217.

BEHRENS, Benedict. *Ein Laboratorium der Revolution*. Städtische soziale Bewegungen und radikale Reformpolitik im mexikanischen Bundesstaat Veracruz 1918-1932. Frankfurt (Meno): Peter Lang Verlag, 2002.

BENNETT, Vivienne. The Evolution of Urban Popular Movements in Mexico between 1968 and 1988. In: ALVAREZ, Sonia E.; ESCOBAR, Arturo (Org.). *The Making of Social Movements in Latin America: Identity, Strategy and Democracy*. Boulder/São Francisco/Oxford: Westview Press, 1992. P. 240-259.

BLANK, Martina. Autonomie und Territorialität. Aspekte eines neuen sozialen Protagonismus in Buenos Aires. In: KALTMEIER, Olaf; KASTNER, Jens; TUIDER, Elisabeth (Org.). *Neoliberalismus – Autonomie – Widerstand*. Soziale Bewegungen in Lateinamerika. Münster: Westfälisches Dampfboot, 2004. P. 184-195.

BONASSO, Miguel ; CALLONI, Stella; BIELSA, Rafael A. *Qué son las Asambleas Populares*. Buenos Aires: Ediciones Continente, 2002.

BORIS, Dieter. *Soziale Bewegungen in Lateinamerika*. Hamburgo: VSA-Verlag, 1998.

_____. *Der Fall Argentinien*. Krise, soziale Bewegungen und Alternativen. Hamburgo: VSA-Verlag, 2006.

BRAND, Ulrich. Einleitung: Spurensuche nach neuen Formen emanzipativer Politik. In: COLECTIVO SITUACIONES (Org.). *¡Que se vayan todos! Krise und Widerstand in Argentinien*. Berlin: Assoziation A, 2003. P. 7-18.

BULTMANN, Ingo. Nachbarschaftsbewegungen und der Wandel politischer Systeme. In: BULTMANN, Ingo; HELLMANN, Michaela (Org.). *Demokratie ohne soziale Bewegung? Gewerkschaften, Stadtteil und Frauenbewegungen in Chile und Mexiko*. Unkel/Bad Honnef: Horlemann, 1995. P. 143-234.

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Org.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. P. 25-60.

CASTELLS, Manuel. *Die kapitalistische Stadt*. Ökonomie und Politik der Stadtentwicklung. Hamburgo/Berlin Occidental: VSA-Verlag, 1977.

_____. *The City and the Grassroots*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1983.

_____. *Das Informationszeitalter II*. Opladen: Leske und Budrich Verlag, 2002. V. 2.

COLECTIVO SITUACIONES (Org.). *¡Que se vayan todos! Krise und Widerstand in Argentinien*. Berlin: Assoziation A, 2003.

_____. *Escrache*. Aktionen nichtstaatlicher Gerechtigkeit in Argentinien. Berlin: b_books, 2004.

FAJIN, Gabriel (Org.). *Fábricas y empresas recuperadas*. Protesta social, autogestión y rupturas en la subjetividad. Buenos Aires: Centro Cultural de la Cooperación, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits IV*. Paris: Gallimard, 1994.

FRIEDMANN, John. The Latin American barrio movement as a social movement: contribution to a debate. *International Review of Urban and Regional Research*, v. 13, n. 3, p. 501-510, 1989.

GABER, Katharina; KÖBBERLING, Gesa; OTTO, Birke. Manager der Marginalität. Kultur und Sozialarbeit in den Favelas von Rio de Janeiro. In: LANZ, Stephan; DORNER, Gese; GABER, Katharina; HARLAN, Nele; JÄGER, Nadine; OTTO, Birke; PLÄHN, Swantje; JENNERJAHN, Sigurd (Org.). *Funk the City*. Sounds und städtisches Handeln aus den Peripherien von Rio de Janeiro und Berlin. Berlin: b_books, metroZones 9, 2008. P. 130-149.

GABEIRA, Fernando. *Die Guerilleros sind müde*. Frankfurt (Meno): Suhrkamp, 1982.

JUNIOR, José. *Da favela para o mundo: a história do grupo cultural Afro Reggae*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2003.

KALTMEIER, Olaf; KASTNER, Jens; TUIDER, Elisabeth. Cultural Politics im Neoliberalismus. Widerstand und Autonomie Sozialer Bewegungen in Lateinamerika. In: KALTMEIER, Olaf; KASTNER, Jens; TUIDER, Elisabeth (Org.). *Neoliberalismus – Autonomie – Widerstand*. Soziale Bewegungen in Lateinamerika. Münster: Westfälisches Dampfboot, 2004. P. 7-30.

KLAARHAMER, Roel. The Chilean Squatter Movement and the State. SCHUURMAN, Frans; NAERSEN, Ton van (Orgs.). *Urban Social Movements in the Third World*. Londres/Nova York: Routledge Kegan & Paul, 1989. P. 177-198.

LANZ, Stephan. Favelas regieren. Zum Verhältnis zwischen Lokalstaat, Drogenkomplex und Favela in Rio de Janeiro. *Zeitschrift für Wirtschaftsgeographie*, V. 51, n. 3, p. 93-107, 2007.

LEBUHN, Henrik. Progressives Mosaik. Die Debatte um städtische soziale Bewegungen. *iz3w*, n. 292, abr./mai., p. 36-39, 2006.

LEMKE, Thomas; BRÖCKLING, Ulrich; KRASMANN, Susanne. Gouvernamentalität, Neoliberalismus und Selbsttechnologien. In: BRÖCKLING, Ulrich; KRASMANN, Susanne; LEMKE, Thomas (Org.). *Gouvernamentalität der Gegenwart*. Studien zur Ökonomisierung des Sozialen. Frankfurt (Meno): Suhrkamp, 2000. P. 7-32.

MARIGHELA, Carlos. Handbuch des Stadtguerillero. In: DETREZ, Conrad (Org.). *Zerschlagt die Wohlstandsinseln der Dritten Welt*. Reinbek: Rowohlt, rororo aktuell 1453/1454, 1971. P. 39-84.

MAYER, Margit. Urban social movements in an era of globalisation. In: HAMEL, Pierre; LUSTIGER-THALER, Henri; MAYER, Margit (Org.). *Urban Movements in a Globalizing World*. Londres/Nova York: Routledge, 2000. P. 141-157.

_____. The Onward Sweep of Social Capital: Causes and Consequences for Understanding Cities, Communities and **Urban Movements**. *International Review of Urban and Regional Research*, v. 27, n.1, p. 110-132, 2003.

_____. Manuel Castells' The City and the Grassroots. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 30, n. 1, p. 202-206, 2006.

MV Bill. *O tempo é o Juiz*. Disponível em: <<http://www.vivafavela.com.br/publicue>>. Acesso em: 05 ago. 2004.

PICKVANCE, Chris. Where Have Urban Movements Gone? In: HADJIMICHALIS, Costis;

SADLER, David (Org.). *Europe at the Margins: New Mosaics of Inequality*. Sussex: European Science Foundation/John Wiley & Sons Ltd, 1995. P. 197-217.

ROSE, Nikolas. *Powers of Freedom: Reframing Political Thought*. Cambridge: University Press, 1999.

SCHNEIDER, Cathy: Radical Opposition Parties and Squatters Movements in Pinochet's Chile. In: ALVAREZ, Sonia E.; ESCOBAR, Arturo (Org.). *The Making of Social Movements in Latin America: Identity, Strategy and Democracy*. Boulder/São Francisco/Oxford: Westview Press, 1992. P. 260-275

SCHÜTZE, Stephanie. Wir kämpfen um Raum für uns und unsere Kinder. Raum, Geschlecht und politische Partizipation in Mexiko-Stadt. In: RODENSTEIN, Marianne (Org.). *Das räumliche Arrangement der Geschlechter*. Kulturelle Differenzen und Konflikte. Berlin: Trafo-Verlag, 2005. P. 101-117.

SCHUURMAN, Frans. Urban social movements: between regressive utopia socialist panacea. In: SCHUURMAN, Frans e NAERSSSEN, Ton van (Org.). *Urban Social Movements in the Third World*. Londres/Nova York: Routledge, 1989. P. 9-26.

SILVA, Luiz A. Machado da. A continuidade do „problema da favela“. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. P. 220-237.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *O desafio metropolitano: Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SPERBERG, Jaime. *Urbane Landbesetzungen in Santiago de Chile und Buenos Aires*. Soziale Bewegungen in Chile und Argentinien in den 80er Jahren. Hamburgo: LIT-Verlag, Reihe Politikwissenschaft, Bd. 43, 1997.

THIMMEL, Stefan. Tauschbörsen: Gescheitertes Experiment oder Erfahrung für die Zukunft? In: COLECTIVO SITUACIONES (Org.). *¡Que se vayan todos! Crisis und Widerstand in Argentinien*. Berlin: Assoziation A, 2003. P. 161-172.

VELLINGA, Menno. Power and independence: the struggle for identity and integrity in urban social movements. In: SCHUURMAN, Frans; NAERSSSEN, Ton van (Org.). *Urban Social Movements in the Third World*. Londres/Nova York: Routledge, 1989. P. 151-176.

ZALUAR, Alba. Crime, medo e política. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Org.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. P. 209-232.

ZIBECCHI, Raúl. Besetzte Fabriken: Zwischen Überleben und Emanzipation. In: LANZ, Stephan (Org.). *City of COOP*. Ersatzökonomien und städtische Bewegungen in Rio de Janeiro und Buenos Aires. Berlin: b_books, metroZones 5, 2004. P. 269-285.

Recebido em: 20/01/2009

Aceito em: 03/03/2009